

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.750 - SP (2017/0315437-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**RECORRENTE** : COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL  
**ADVOGADOS** : PEDRO DA SILVA DINAMARCO E OUTRO(S) - SP126256  
HELENA MECHLIN WAJSFELD CICARONI - SP194541  
NATALIA FERNANDES SANCHEZ - SP281891  
FLÁVIA BEATRIZ NEVES PIMENTA - SP314331  
**RECORRIDO** : JOSE APARECIDO DE SOUZA  
**ADVOGADO** : ELAINE CRISTINA MONTEZINO NOGUEIRA - SP169347  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : JORGE LUIZ REIS FERNANDES E OUTRO(S) - SP220917  
LAIS TOVANI RODRIGUES - SP308402  
RODRIGO GARCIA PETRENAS - SP345324

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. PRESCRIÇÃO ÂNUA DA PRETENSÃO DE RESTABELECIMENTO DE APÓLICE EXTINTA. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. REAJUSTE PARA A FAIXA ETÁRIA A PARTIR DE 59 ANOS DE IDADE. ANALOGIA COM LEI DOS PLANOS DE SAÚDE. DESCABIMENTO. CARÁTER MERAMENTE PATRIMONIAL DO SEGURO DE VIDA. DISTINÇÃO COM O CONTRATO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. REAJUSTE DO PRÊMIO POR FAIXA ETÁRIA. CABIMENTO. REVISÃO DO ENTENDIMENTO DESTA TURMA.*

- 1. Controvérsia acerca da validade de cláusula de reajuste do prêmio por faixa etária em contrato de seguro de vida em grupo.*
- 2. Ausência de interesse recursal no que tange à alegação de prescrição anual da pretensão de restabelecimento da apólice extinta, tendo sido essa pretensão rejeitada expressamente pelo Tribunal de origem.*
- 3. Sinistralidade acentuadamente elevada de segurados idosos, em virtude dos efeitos naturais do envelhecimento da população. Doutrina sobre o tema.*
- 4. Existência de norma legal (art. 15 da Lei 9.656/1998) impondo às operadoras de plano/seguro saúde o dever de compensar esse "desvio de risco" dos segurados idosos*

*mediante a pulverização dos custos entre os assistidos mais jovens de modo a manter o valor do prêmio do seguro saúde dos segurados idosos em montante aquém do que seria devido na proporção da respectiva sinistralidade. Doutrina sobre o tema.*

*5. Necessidade de proteção da dignidade da pessoa idosa no âmbito da assistência privada à saúde.*

*6. Justificativa eminentemente patrimonial do seguro de vida em contraste com o fundamento humanitário (dignidade da pessoa humana) subjacente aos contratos de plano/seguro de saúde.*

*7. Distinção impeditiva da aplicação, por analogia, da regra do art. 15 da Lei 9.656/1998 aos contratos de seguro de vida.*

*8. Ressalva dos contratos de seguro de vida que estabeleçam alguma forma de compensação do "desvio de risco", como a formação de reserva técnica para essa finalidade.*

*9. Julgado recente da QUARTA TURMA nesse sentido.*

*10. Revisão da jurisprudência da TERCEIRA TURMA.*

*11. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.*

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da TERCEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, acompanhando o voto do Sr. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, por maioria, dar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Vencida a Sra. Ministra Nancy Andrigli. Os Srs. Ministros Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Marco Aurélio Bellizze.

Brasília, 26 de novembro de 2019(data do julgamento)

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator